



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E URBANISMO  
SOLICITAÇÃO DE JUSTIFICATIVA DA INVIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DO PREGÃO  
ELETRÔNICO

À Divisão de Informática,

Considerando o artigo 1º, §§ 1º e 2º, do **Decreto Federal nº 5.504/2005**:

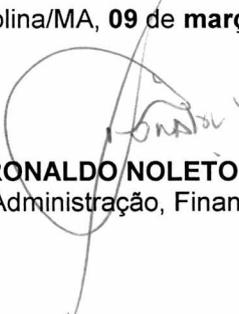
*“Art. 1º Os instrumentos de formalização, renovação ou aditamento de convênios, instrumentos congêneres ou de consórcios públicos que envolvam repasse voluntário de recursos públicos da União deverão conter cláusula que determine que as obras, compras, serviços e alienações a serem realizadas por entes públicos ou privados, com os **recursos ou bens repassados voluntariamente pela União**, sejam contratadas mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido na legislação federal pertinente.”*

*“§ 1º Nas licitações realizadas com a utilização de recursos repassados nos termos do caput, para aquisição de bens e serviços comuns, será **obrigatório o emprego da modalidade pregão**, nos termos da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto no 5.450, de 31 de maio de 2005, sendo **preferencial a utilização de sua forma eletrônica**, de acordo com cronograma a ser definido em instrução complementar.”*

*“§ 2º A **inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.**”*

Solicito informação sobre a possibilidade da realização do **Pregão Eletrônico sem interrupção da conexão do Processo Administrativo nº 019/2017-PMC**, cujo objeto é o **Registro de Preços** para aquisição de **Gêneros Alimentícios para o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS**, de interesse da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SEDES**.

Carolina/MA, 09 de março de 2017.

  
**RONALDO NOLETO COSTA**

Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA  
DIVISÃO DE INFORMÁTICA

JUSTIFICATIVA DA INVIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Processo Administrativo nº 019/2017-PMC.

Objeto: **Registro de Preços** para aquisição de **Gêneros Alimentícios para o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS.**

Órgão Interessado: **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SEDES.**

À **Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo,**

Informamos que o acesso à internet em nosso Município é feito através de rádio, a lentidão do sistema ocasiona muita desconexão na rede, o que impossibilita os trabalhos do pregoeiro, especificamente na fase competitiva do **Pregão Eletrônico**, em que o licitante poderá ficar desconectado do certame por um tempo demasiadamente longo, impedindo a realização do certame, sendo assim, **justifica-se a inviabilidade da utilização do Pregão Eletrônico**, conforme dispõe o artigo 1º, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal nº 5.504/2005:

*Art. 1º Os instrumentos de formalização, renovação ou aditamento de convênios, instrumentos congêneres ou de consórcios públicos que envolvam repasse voluntário de recursos públicos da União deverão conter cláusula que determine que as obras, compras, serviços e alienações a serem realizadas por entes públicos ou privados, com os **recursos ou bens repassados voluntariamente pela União**, sejam contratadas mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido na legislação federal pertinente.*

*§ 1º Nas licitações realizadas com a utilização de recursos repassados nos termos do caput, para aquisição de bens e serviços comuns, será **obrigatório o emprego da modalidade pregão**, nos termos da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto no 5.450, de 31 de maio de 2005, sendo **preferencial a utilização de sua forma eletrônica**, de acordo com cronograma a ser definido em instrução complementar.*

*§ 2º A **inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica** deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.*

Carolina/MA, 09 de março de 2017.

**DIMAS PEREIRA LIMA**  
Chefe da Divisão de Informática

De acordo,

**RONALDO NOLETO COSTA**  
Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo